

7 Chega de hipocrisia

EDGARDO NESTOR DE VINCENZI

Falemos de questões maiores. Falemos de revolução. Uma revolução possível, pois expressa a vontade de povos livres, seus protagonistas: inverter a ordem existente nos sistemas na-



cionais, de educação do mundo — uma completa e profunda mudança do papel do Estado. Esse desafio precisa ser encarado desde já, com um basta à idéia hipócrita de que educação é sacerdócio, e assumindo, sem constrangimentos, a defesa da empresa de educação (portanto, a defesa do lucro).

A maior parte dos sistemas educacionais vigentes no mundo é autoritária e injusta, particularmente nos países subdesenvolvidos, onde a educação consome enormes fatias do orçamento federal para formar rebanhos de carneiros. Aos governantes não interessam leões, cidadãos convictos e críticos. São sistemas extremamente injustos, porque fazem com que a maioria pague, através de impostos e contribuições sociais, o ensino dos ricos — estes, sim, com acesso aos níveis superiores de ensino da rede privada.

Nesse sistema perverso, o empresário da educação é o vilão e o educador, um derrotado. A eles não são permitidos o lucro e o conforto — foi incutida na mentalidade do povo que a educação é sacrifício pessoal. O resultado está aí: o Estado carrega uma estrutura educacional deformada, constituída por professores despreparados, desmotivados, empobrecidos em seu conhecimento (e não só no conhecimento), escolas

Aos governantes não interessam leões, cidadãos convictos e críticos

desequipadas, altas taxas de evasão e repetência, uma grande demanda do 1º ao 3º graus.

Não devemos ficar passivos diante dessa realidade. Não devemos permitir que o Estado todo-poderoso determine o tipo de educação a ser dada aos nossos filhos. Essa é uma atribuição exclusiva e intransferível dos pais. A escola por que a sociedade democrática anseia é uma escola livre, seja ela particular ou pública. E nela deve prevalecer a pluralidade curricular — sistema de livre escolha —, pois somente através da diversidade construiremos uma sociedade viva, rica e inovadora. É a escola como laboratório social da democracia, que não limita essa prática ao simples ato de votar. É a escola protagonista de uma educação baseada na ética da obrigação geradora dos direitos que caracterizam o homem livre. E não são outros os objetivos do I Congresso Mundial da Educação, que será realizado em julho em São Paulo: evidenciar o papel da escola como promotora do desenvolvimento das demais instituições da sociedade e resgatar o papel do educador como promotor da liberdade e da felicidade humana.

Através de uma postura revolucionária, devemos buscar um novo equilíbrio entre o papel do Estado e o da sociedade no ato de educar. Nessa nova ordem, o Estado teria uma ação complementar, levando sua estrutura — também renovada, claro — aos que não conseguirem ter acesso ao ensino gerido pela sociedade civil. Ao Estado compete a função maior de zelar pelos interesses da Nação, guiado por uma Carta Magna que fixe os limites da sociedade e do homem. E a Carta Magna é o perfil, e apenas em linhas gerais, do universo político-econômico-social em que se conduzirá o País — um Estado que assegure esse perfil, assumindo e garantindo a articulação do sistema educacional, sim, mas dentro do pluralismo de propostas pedagógicas, religiosas e étnicas.

Falamos de uma nova mentalidade educacional, necessária à implementação de mudanças, hoje já em marcha em muitos países desenvolvidos. Por que temer a expressão "vender educação"? Não sejamos cínicos, pois é o que fazemos e devemos fazer, com dignidade e orgulho. A concepção filosófica de uma escola livre pressupõe a escola como **empresa social**, em que se contemplem os critérios de eficiência e excelência — critérios, digamos com todas as letras, que faltam ao Estado.

Pesquisas comprovadas mundialmente revelam que, com os custos de um aluno na rede pública, a escola privada educa três. Isso significa que se pode, nesse caso, falar em subsídio. Não o subsídio paternalista (quando não de acumpliciamento), mas o subsídio como investimento social na educação — uma tendência mundial. Muitos países (Canadá, Bélgica e Argentina são alguns deles) já vivem essa rica experiência. Cada povo, porém, deve buscar o seu caminho. Afinal, nessa nova ordem, educação é direito e dever do cidadão.

Edgardo Nestor de Vincenzi, argentino, é professor de Ciências da Educação, presidente da Confederação Mundial de Ensino Privado (Comep) e membro da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP)